

As mulheres na política: um perfil das dirigentes públicas¹

Joana da Costa Macedo²

Grupo de trabalho: Administração pública e políticas públicas

Subárea: Burocracia Estatal

¹ Trabalho preparado para a apresentação no VII Congresso Latino Americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino Americana de Ciência Política (ALACIP). Bogotá, 25 à 27 de setembro de 2013.

² Aluna de doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. E-mail: jocsmacedo@gmail.com

Teoria da social-democracia

Para entender as mudanças ocorridas no Brasil nos últimos tempos, principalmente, a partir dos anos 2002, é necessário entender algumas condições determinantes para essa mudança. Parto da hipótese de que o governo do Partido dos Trabalhadores tem contribuído para o caráter social de suas políticas, no meu entender de inspiração social-democrata. Para contextualizar esse pressuposto começarei por conceitualizar a chamada social-democracia. Nesse trabalho, parte-se da análise de que os governos considerados de esquerda apresentam um projeto social-democrata na medida em que centralizam esforços com as melhorias sociais, e com o avanço da qualidade democrática.

Não cabe dentro do escopo desse trabalho discutir a problemática de se ter um partido dos Trabalhadores sendo analisado como um partido com propostas social-democratas, mas que, no entanto, sua plataforma política defende um governo socialista. Contudo, a existência do Partido da Social-Democracia Brasileira que se auto-define social-democrata, portanto de esquerda, mas que defende propostas políticas consideradas de concepção liberais e sendo dessa forma analisado pela bibliografia especializada. No entanto, essa questão é de extrema relevância para o entendimento da política brasileira, cuja análise será aprofundada em outro momento oportuno.

Historicamente, a social-democracia surgiu na Europa no século XIX, inicialmente sob forte influência da corrente marxista, e cuja principal característica foi o encontro da reivindicação política, e a conseqüente institucionalização dos governos representativos, com a reivindicação social. Ideologicamente, a social-democracia, enquanto pensamento político, começa a se diferenciar de outras correntes marxistas como a que pregava o socialismo revolucionário. A concepção de revolução e de mudança estrutural na dinâmica de produção não mais surtia efeito enquanto proposta de melhorias para os trabalhadores industriais que se tornavam cada mais em maior número. Em termos gerais Tavares (2003) define social-democracia como:

Uma concepção particular acerca do papel do Estado e da política pública na promoção do crescimento econômico, do pelo emprego e do bem-estar social, da qual decorre um programa político universal e comum aos programas particulares das diferentes social-democracias nacionais [...] (Tavares, 2003:72).

Nesse contexto, os partidos social-democratas começaram a serem formados visando o pleito eleitoral, e uma de suas propostas passou a ser o reformismo, ou seja, por meio de reformas sociais seria possível amenizar os efeitos perversos do capitalismo. As reformas representam a consecução de objetivos políticos e sociais pela via democrática e constitucional, diferente do que previa a dialética universal de Marx. Além disso, para ter suas políticas implementadas e concretizadas, a social-democracia não podia ser um partido somente de operários, de trabalhadores. Ela precisava fazer alianças com outros setores sociais de modo a angariar apoio político. Por fim, a social-democracia deveria participar das instituições políticas, pois, seria pela via democrática que as políticas seriam formuladas e implementadas.

Tendo adotado como plataforma política a economia mista, a política de pleno emprego e as reformas sociais, nesse momento, a social-democracia tinha um compromisso com as classes sociais, e esse compromisso só seria alcançado em uma estrutura sócio-política equilibrada na qual se realizaria a “independização do Estado e o desenvolvimento das instituições políticas autônomas, amplas e flexíveis” permitindo criação de uma arena de negociação e de arbitragem do conflito social viabilizando, portanto, uma democracia constitucional (Tavares, 2003:47).

A perspectiva econômica da social-democracia defendia a tese da economia mista, do pleno emprego e do *welfare state*. Em relação a economia mista existe um equilíbrio de forças entre o setor público e privado. Em outras palavras, há uma interação entre o Estado e o mercado na formulação de políticas sociais. Nesse sentido, Sping-Andersen³(1990) defende a idéia de que o conceito de *welfare state* não está relacionado somente à abrangência do setor público, e Tavares (2003) a de que a social democracia hoje “busca soluções comunitárias e societárias, e menos estatais, ao mesmo tempo em que descentraliza empreendimentos que estão a cargo do Estado” (Tavares, 2003:78). Ente último, por sua vez, corresponde à desmercantilização de bens, serviços, utilidades e benefícios dos indivíduos. Isto é, instituições de bem-estar social, criadas primeiramente pelos liberais e conservadores, visavam montar uma rede de proteção para os trabalhadores. A desmercantilização pressupõe dotar os indivíduos de liberdade ir ao médico, por exemplo, sem prejudicar seu trabalho e seus rendimentos.

Em relação à política de pleno emprego, ela foi feita por meio da política econômica de administração pública da demanda e do investimento. Para os social-democratas era preferível manter níveis altos de pleno emprego do que controlar a inflação. Ao contrário do que previa os governos considerados mais conservadores. Nesse marco, algumas mudanças ocorreram como o ingresso da mulher no mercado de trabalho e o aumento da expectativa de vida. As políticas social-democratas deveriam corresponder às mudanças ocorridas estabelecendo os sistemas de aposentadoria e de previdência.

Pode-se argumentar, portanto, que o caráter social-democrata de um governo reflete no grau de igualdade e de universalismo das políticas sociais. Iversen (2005) teoriza sobre dois modelos ilustrativos para se pensar a social democracia no contexto atual, ou seja, em um contexto de mudanças culturais e sociais e no qual também ocorreram muitas mudanças com a introdução de novas tecnologias e com os choques econômicos. Ele montou modelos explicativos para dar conta de analisar a forma como cada governo vai criar mecanismos institucionais para corresponder às novas demandas advindas com as novas circunstâncias.

Um aspecto comentado anteriormente sobre um dos aspectos importantes que os governos social-democratas têm em vista é o nível de investimento em capital humano. O *welfare state* deve ser pensado como uma proteção porque os indivíduos são a força de trabalho, e por isso deve ser visto também como um capital. Essa forma de capital humano também sofre as intempéries das mudanças ocorridas com o contexto de globalização. Assim, como cada governo apresenta como organização social interna, organização industrial e empresarial, vai refletir no tipo de mão-de-obra, e em como essa força de trabalho vai funcionar face às diversas mudanças.

³ SPING-ANDERSEN, Gösta. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

Dentro dessa perspectiva, o primeiro modelo de Iversen consiste em sociedades cujo capital humano é uma especialidade não transferível, ou seja, ela exige um aprofundamento das competências. Nesse sentido, quanto maior for a qualificação desse capital humano e maior sua especialidade, maior será a demanda por proteção social. As empresas que possuem mão de obra qualificada costumam ter alta proteção ao emprego, isto é, são restringidas em demitir ou contratar funcionários. Nessas sociedades, o capital humano sofre um “treinamento vocacional” no qual os cursos técnicos e profissionalizantes são predominantes. Nesse modelo, essas sociedades costumam ter alto nível de redistribuição da riqueza do país.

O segundo modelo, por outro lado, corresponde a sociedade cuja mão-de-obra é uma especialidade transferível. As empresas possuem flexibilidade para mudar a linha de produção e para demitir. Nesse caso, o capital humano possui um “treinamento genérico” cujos trabalhos não exigem uma qualificação muito alta e os salários não são valorizados. Nesse tipo de regime costuma predominar uma orientação mercadológica de prestação de serviços, além de mais desigualdade e mais pobreza. Nesse último caso específico Iversen argumenta que no caso das mulheres, existe um risco muito alto de se tornarem um capital humano especializado, pois, à mulher são concebidos outros papéis sociais, como o de ser a reprodutora, e nesse sentido, não há investimento suficiente. Sendo assim, esses governos aderem às políticas de cotas de modo a corrigir essas distorções.

De acordo com esse último regime parece ser o caso hoje do Brasil, pois, segundo as análises do autor, os países com maior proteção social, de seguridade, permitem uma maior participação das mulheres ao permitirem sua competição em níveis de igualdade como é o caso da Escandinávia representada no primeiro modelo. Contudo, os modelos teóricos podem ser uma simplificação da realidade, mas ajudam a compreendê-la. No Brasil é muito reivindicada a política de cotas para as mulheres no caso das eleições, mas muitas medidas de proteção social tem se expandido no que diz respeito aos padrões de bem-estar promovidos pelo Estado. Além disso, como será possível observar mais adiante nesse trabalho, as mulheres estão ganhando cada vez mais espaço pelas suas próprias capacidades, possivelmente, oriundas de um melhor padrão de vida.

Teoria de gênero

Ao longo do contexto sócio-cultural brasileiro, o papel das mulheres sempre foi considerado inferior ou submisso ao papel desempenhado pelos homens na sociedade brasileira. Dado que nossa sociedade sempre foi estratificada, muitas divisões acabaram sendo “naturalizadas”. Nesse sentido, pode-se dizer que existe uma situação histórica de desigualdade de gênero.

Estudar a questão do gênero na antropologia não é uma tarefa fácil, muito menos consensual. Suely Kofes (1993) demonstra muito bem as divergências existentes entre os estudos sobre gênero e os estudos sobre a mulher. Para Johan Scott gênero seria o

conhecimento sobre a diferença sexual, uma vez que esta constituiria em um aspecto primário da organização social, sendo, nesse sentido, uma categoria analítica. Segundo a autora “não refletindo ou implementando diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, gênero seria o conhecimento que estabelece significações para diferenças corpóreas” (Kofes, 1993: 21).

Scott (1990) chama atenção para os estudos de gênero, classe e raça no sentido de se pesquisar e incluir categorias historicamente oprimidas e excluídas, pois, essas diferenças são instituintes e marcam a primeira forma de diferenciação de poder. Ao estudar o gênero como uma categoria social, a autora afirma que “o gênero se torna uma maneira de indicar as conseqüências sociais – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (Scott, 1990).

O caráter social do gênero é muito importante porque o conceito de gênero veio de encontro à máxima essencialista e universalista da biologia enquanto campo científico predominante de explicação para as diferenças entre homens e mulheres (Stolcke, 1991). Segundo Stolcke, existe uma tendência a “naturalizar” ideologicamente as desigualdades sociais. Essa “naturalização” seria um pretexto ideológico para compatibilizar uma concepção de indivíduos livres e iguais com a existência real de desigualdades sócio-econômicas. Em sua análise a conceitualização de raça contribuiu para associar as diferenças ditas naturais com o que nos é apresentado contemporaneamente como desigualdades sociais.

Dentro desse contexto, a teoria de gênero “implica uma nova e subversiva forma de política de gênero que não somente desafia o poder masculino, mas também as raízes sócio-políticas gerais da desigualdade de gênero” (Stolcke, 1991: 104). Em outras palavras, a autora é categórica ao argumentar que a transformação nas relações de gênero, enquanto projeto político, requer ultrapassar não só esse tipo de desigualdade, mas todas as outras formas (Stolcke, 1991).

Seguindo essa linha de raciocínio, Chatier (1995) analisa a diferença entre os sexos como uma via para entender a submissão das mulheres nas diferentes sociedades cujo corolário se encontra na dominação simbólica. Segundo ele, a relação de dominação que é “uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza radical, irreduzível, universal” (Chatier, 1995:42). Nesse sentido, cada sociedade vai apresentar seus mecanismos de diferenciação e cada uma delas vai significar suas divisões de acordo com os códigos, as regras e a moral de sua cultura.

De acordo com algumas análises, a subordinação da mulher pode ser considerada um fenômeno universal (Ortner, 1979). A dominação, comentada acima, pode ser referida ao papel da mulher, ao seu “status pancultural secundário” (Ortner, 1979:101), desvalorizada nas sociedades por meio do qual a autora defende a tese de que cada cultura vai determinar quais elementos serão de ordem inferior em relações a outros.

Esse caráter de subordinação é analisado dentro desse espectro de arbitrariedades classificatórias como sendo imposto à mulher um lugar mais próximo da “natureza” do que os homens, os quais estariam supostamente mais perto do que seria a

“cultura”. Com esse argumento Ortner (1979) explica a representação da mulher dentro do contexto familiar, como algo frágil, sensível às intempéries das circunstâncias, ligada à reprodução da vida, e, portanto, deve ser controlado e dominado. Já os homens seriam fortes, dominadores, representados pela cultura. A cultura domina a natureza.

Cabe ressaltar também que analisar os dispositivos de dominação existentes nas diferentes sociedades, é reconhecer sua fonte de persuasão, e conseqüentemente, de legitimidade dessa dominação. Sua eficácia é refletida em longo período de consentimento por parte das mulheres de sua condição de inferioridade frente aos homens. A aceitação das mulheres de seu papel social reside em uma estrutura social, moral e cultural rigidamente construída que com o passar dos anos as mudanças circunstanciais vieram a questionar.

Stolker (1991) fala da concepção de indivíduos iguais, mas a concepção de igualdade advinda com as idéias iluministas não incluía as mulheres, especificamente. A idéia de sociedade igualitária começou a ser cunhada durante o Iluminismo, para idealizar uma realidade em que não houvesse distinção jurídica entre nobreza, burguesia, clero e escravos. Em sua definição moderna, o conceito foi ampliado para incluir também a igualdade de direitos entre gêneros, classes, etnias, orientações sexuais, entre outros. Desde a Grécia antiga, o mundo social, e principalmente o mundo político, girava em torno de homens brancos que participavam do mundo público. Sennet (1997) analisou o corpo do cidadão em Atenas e constatou um entendimento fisiológico por meio do qual se estabelece espaços desiguais e espaços urbanos distintos para corpos que contivessem “graus de calor” diferentes. Nesse momento, é marcada uma separação entre homens e mulheres, sendo os primeiros aqueles que detinham o poder da palavra no mundo público, e as mulheres que ficavam relegadas ao “manto da escuridão” no qual eram consideradas frias, condenadas ao silêncio, e por isso, eram associadas ao mundo da escuridão, subterrâneo.

Muitos avanços ocorreram ao longo dos anos, e o crescimento do movimento feminista muito contribuiu para a agenda do debate sobre essas questões. Na sociedade contemporânea podemos observar maior participação das mulheres no mercado de trabalho, seu completo direito de voto foi alcançado, além do fato de que se aumentou o grau de liberdades individuais, como o livre arbítrio, e sua inclusão na educação. No entanto, ainda restam alguns problema em relação à situação das mulheres em algumas sociedades, o que gera muitas discussões e divergências sobre como tratar essa questão.

Existem algumas medidas para “sanar” o problema das desigualdades de gênero, para nos atermos aos propósitos desse trabalho, mas também outras formas de desigualdades, seja por meio das chamadas ações afirmativas, ou por meio de cotas, no caso específico das mulheres. Contudo, uma dos objetivos a serem alcançados com essas medidas de caráter social é justamente o princípio da igualdade.

Nancy Frasier (2001) e Johan Scott (2005) problematizam muita bem essa questão da tentativa de se alcançar uma igualdade. As duas autoras partem do pressuposto da dificuldade de se alcançar um princípio tão abstrato e tão caro às sociedades em geral, e que exige a contemplação de um conjunto de determinantes para a concretização da igualdade.

Scott (2005) entende a questão da igualdade pela via do paradoxo, no sentido de que existe uma tensão entre igualdade e diferença, e entre indivíduos e grupos sociais.

No entanto, afirma que esses conceitos não são opostos entre si, mas são interdependentes se apresentando em constante tensão. Esse paradoxo é exemplificado pelo feminismo:

O feminismo foi um protesto contra a exclusão das mulheres da política; seu objetivo foi o de eliminar a diferença sexual na política. Mas a sua campanha foi voltada às mulheres. Pelo fato de agir a favor das mulheres, o feminismo produziu a diferença sexual que buscava eliminar – chamando atenção exatamente para a questão que pretendia eliminar (Scott, 2005:21).

Em sua visão a autora afirma que essa tensão não é resolvida na prática, pois, ela representa a forma pela qual a diferença é usada na organização da sociedade. Nesse sentido, as ações afirmativas não conseguem dar conta desse dilema uma vez que elas têm em vista as melhorias das capacidades humanas, ou seja, têm em foco a categoria analítica do indivíduo. No entanto, essas medidas são direcionadas para grupos sociais específicos, com suas identidades formadas e sua concepção. Nesse sentido, ao tentar atingir a igualdade e o combate à discriminação, essas ações afirmativas colocam em evidência justamente o aspecto da diferença.

Fraiser (2001) aponta dilema semelhante quando propõe um problema entre redistribuição e reconhecimento, e é por meio do alcance dos dois que será possível chegar a um ideal de justiça social. Esse dilema é encarado principalmente nos grupos denominados pela autora de “coletividades ambivalentes”, uma vez que estas “podem sofrer injustiças socioeconômicas e não-reconhecimento cultural em formas nas quais nenhuma dessas injustiças é um efeito indireto da outra, mas que em ambas são primárias e originais” (Fraiser, 2001:259). Esse seria o caso das categorias gênero e raça. Suas variáveis são as injustiças sócio-econômicas que exigem soluções redistributivas e as culturais, que demandam resoluções por reconhecimento.

Apesar dos avanços ainda se discute a forma como as mulheres foram incluídas no mundo social e no mundo do trabalho. Mesmo com a inclusão das mulheres, ainda é possível observar uma desigualdade de gênero. Em muitos momentos elas ganham menos do que homens ocupando um mesmo cargo, e seu protagonismo no mundo doméstico ainda é muito exigente. Como argumentado anteriormente, no Brasil há uma mudança de perspectiva no que diz respeito às políticas sociais de uma forma geral no sentido de que muitas reformas em prol das categorias historicamente excluídas da sociedade têm aumentado ao longo do tempo, alguns resultados, mesmo que pequenos, já podem ser sentidos.

Participação política das mulheres

Como foi argumentado anteriormente, o Brasil ainda peca por muitos problemas no que diz respeito às desigualdades de gênero, no entanto, algumas mudanças podem

ser constatadas. É importante ressaltar que essa análise é uma exploratória inicial na qual é possível traçar um perfil das dirigentes públicas do governo Federal. Os dados ainda estão passando por um processo de organização e de limpeza. No entanto, já é possível apresentar algumas conclusões iniciais.

Os dirigentes públicos são considerados atores sociais que ocupam altos cargos da burocracia estatal e possuem grande responsabilidade na formulação de políticas públicas e no desempenho das organizações públicas. De Bonis e Pacheco (2010) analisam os dirigentes públicos por meio da:

Atuação daqueles que estão à frente das organizações públicas, dado o potencial de sua influência que podem exercer sobre os resultados alcançados. A essas pessoas se denomina dirigentes públicos, vistos como atores sociais distintos, com grau relevante de responsabilidade que não se confunde com a responsabilidade dos políticos, nem se iguala à responsabilidade do funcionário público. (De Bonis; Pacheco, 2010:329)

Não obstante, as capacidades técnicas necessárias para exercer os cargos, os dirigentes públicos também devem possuir algum caráter político. Por serem cargos de nomeações são, justamente, nomeações políticas. Nesse sentido, o dirigente público deve trabalhar de forma eficiente e técnica, mas também deve atribuir um caráter político a suas ações.

Nessa parte do trabalho serão analisadas as mulheres dirigentes públicas nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, bem como será traçado um perfil dessas ocupantes dos cargos da burocracia de modo a compreender quem foram essas mulheres.

Como é possível observar na tabela I, o número de homens ainda é muito superior ao das mulheres, no entanto, elas têm aumentado sua participação no governo. De 15,6% no governo FHC, para 25,5% no governo Dilma. Essas nomeações foram feitas não só por um critério político, mas possivelmente, também por uma capacidade técnica de trabalho, conforme será possível argumentar mais a frente. Aos observarmos os dados entre os três governos é possível notar um aumento na participação das mulheres.

Tabela I - Participação por sexo (%)

	FHC	Lula	Dilma ⁴
Mulheres	15,6 (38)	25,5 (129)	29 (285)
Homens	84,4 (206)	74,5 (736)	71 (703)
Total	100 (244)	100 (505)	100 (988)

Grande parte das mulheres, tanto no governo FHC quanto no governo Lula tem idade entre 51 e 69 anos, conforme é apresentado na tabela II, contabilizando 71% no governo FHC e 55% no governo Lula⁵. Neste último é possível ver que uma parcela significativa de mulheres, 36,5%, tem entre 31 e 50 anos. Uma análise que poderia ser feita é que esses valores podem denotar o fato de que nessa idade já se tenha experiência profissional, e também um grau de maturidade. No caso do governo Dilma não é possível afirmar esse aumento, mas a tendência seria constatar um aumento ainda maior na nomeação das mulheres. No entanto, essa constatação ficará para uma pesquisa posterior.

Tabela II - Idade mulheres (%)

	FHC	Lula
Acima de 70	7,9 (3)	0,8 (1)
Entre 51 e 69	71 (27)	55 (71)
Entre 31 a 50	18,4 (7)	36,5 (47)
Não respondeu	2,7 (1)	5,4 (7)
Total	100 (38)	100 (129)

Além disso, em termos de significação política, a região de nascimento das dirigentes públicas nos dois governos se concentra na região Sudeste do país, principalmente os Estados de Minas Gerais, correspondendo a 15,8% e 16,8% nos governos FHC e Lula respectivamente; Rio de Janeiro, com 15,8% e 10,9%, e por fim, São Paulo, com 13,2% e 20,1%. No governo FHC, o Distrito Federal teve importante

⁴ Os dados sobre o governo Dilma correspondem a uma análise muito preliminar sobre o percentual de nomeadas para os cargos de DAS, de modo a mostrar diferenças entre os governos. Esses dados se referem ao total de nomeadas em quase um ano e meio de governo (01 de janeiro de 2011 até 31 de abril de 2012), ao contrário dos dados dos governos FHC e Lula para os quais são considerados o percentual de mulheres que responderam ao questionário da pesquisa.

⁵ Os dados apresentados correspondem aos dois mandatos do governo Lula.

participação com 39,5% das nomeações nascidas nesse Estado. Pela análise da tabela III é possível perceber que as nomeações do governo Lula são mais geograficamente dispersas, apesar de os dados mostrarem uma concentração na região Sudeste.

Dentro desse contexto, pode-se argumentar que é na região Sudeste onde existe maior concentração de recursos financeiros, de aportes culturais, de investimentos por parte dos entes federativos, favorecendo, nesse sentido, possibilidades de uma maior qualificação do capital humano do país.

Tabela III - Região de nascimento (%)

	FHC	Lula
AC		0,8 (1)
AM		3,1 (4)
BA		3,1 (4)
CE		2,3 (3)
DF	39,5 (15)	4,6 (6)
GO	2,6 (1)	2,3 (3)
MA	2,6 (1)	0,8 (1)
MG	15,8 (6)	16,8 (21)
MS		0,8 (1)
PA		2,3 (3)
PB		3,1 (4)
PE	2,6 (1)	4,6 (6)
PR	2,6 (1)	3,9 (5)
RJ	15,8 (6)	10,9 (14)
RN		2,3 (3)
RR	2,6 (1)	
RS		8,5 (11)
SC		2,3 (3)
SP	13,2 (5)	20,1 (26)
TO		0,8 (1)

No exterior		0,8 (1)
Outros		1,5 (2)
Não respondeu	2,6 (1)	4,6 (6)
Total	100 (38)	100 (129)

Dentro dessa linha argumentativa, as mulheres que foram nomeadas pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva são altamente escolarizadas. Grande parte delas, 44,7%, no governo FHC chegou ao nível de mestrado. No governo Lula esse número é menor, 25,5%, mas a maior parte, 33,3% chegou ao nível Especialização. No entanto, nesse governo é possível ver um aumento de mulheres com doutorado, 17%, enquanto que no governo FHC apenas 5,3% delas o tinham. Além disso, dentro desse quadro de escolaridade, grande parte delas, tanto no governo FHC quanto no governo Lula se formou em cursos considerados tradicionais do ponto de vista da valorização social e da competitividade no mercado, a saber, Economia e Direito.

Em sua análise sobre os dirigentes públicos do governo Lula da Silva, nesse caso incluindo homens e mulheres, Maria Celina D'Araújo constatou um aumento da formação do que ela classificou de “outros” (2009), significando o aumento do crescimento do ensino superior no país. No caso específico do número de mulheres, o mesmo fato pode ser percebido pela variedade de formações existentes entre as nomeadas para os cargos de confiança, com especial atenção para o curso de Ciências Sociais que representa 10,5% e 8,5% das formações nos dois governos respectivamente.

Tabela IV – Escolaridade (%)

	FHC	Lula
Superior incompleto		1,5 (2)
Superior completo	21,1 (8)	19,4 (25)
Especialização	21,1 (8)	33,3 (43)
Mestrado	44,7 (17)	25,5 (33)
Doutorado	5,3 (2)	17 (22)
Pós-doutorado	7,9 (3)	1,5 (2)
Total	100 (38)	100 (129)

Tabela V - Curso 1ª graduação (%)

	FHC	Lula
Administração	10,5	6,2 (8)
Contabilidade	5,3 (2)	2,3 (3)
Economia	15,8	11,6 (5)
Educação Física	2,6 (1)	4,6 (6)
Enfermagem	2,6 (1)	
Fisioterapia		0,8 (1)
Medicina	2,6 (1)	6,2 (8)
Odontologia		1,5 (2)
Psicologia	5,3 (2)	2,3 (3)
Serviço Social		3,9 (5)
Ciências Sociais ⁶	10,5 (4)	8,5 (11)
História		2,3 (3)
Filosofia		1,5 (2)
Direito	13,2	10,8 (14)
Pedagogia	2,6 (1)	3,1 (4)
Comunicação Social	2,6 (1)	7 (9)
Letras	5,3 (2)	3,1 (4)
Turismo	2,6 (1)	2,3 (3)
Estatística	2,6 (1)	
Comunicação visual	2,6 (1)	
Administração pública	2,6 (1)	
Jornalismo		0,8 (1)
Geologia		0,8 (1)
Engenharia Agrônoma		0,8 (1)
Engenharia Civil		3,1 (4)

⁶ À título de simplificação, a resposta “antropologia” foi considerada curso de Ciências Sociais

Arquitetura e urbanismo		2,3 (3)
Engenharia de telecomunicações		0,8 (1)
Belas Artes		0,8 (1)
Engenharia elétrica		2,3 (3)
Não respondeu	10,5 (4)	6,2 (8)
Total	100 (38)	100 (129)

Em relação à escolaridade dos pais, no governo Fernando Henrique, as dirigentes públicas vinham de famílias cujos pais apresentavam escolaridade relativamente alta: 34,2% diziam ter curso superior completo. No caso da escolaridade das mães, a maior parte delas, 34,2% dizia ter cursado até o ensino médio. Já no governo Lula no qual os pais das ocupantes de cargos nomeados são menos escolarizados, grande parte dos pais possui fundamental incompleto, 24,8%, mas uma parcela significativa cursou até o ensino médio, 17,8%, ou tem superior completo, 17%. No caso das mães, a maior parte possui nível escolar até o ensino médio, 26,3%, mas uma quantidade significativa também apresenta superior completo, 21,7%.

Em termos gerais dos pais das nomeadas do governo FHC são mais escolarizados que as mães, enquanto que os pais das nomeadas no governo Lula são relativamente menos escolarizados que as mães, o que pode significar uma mudança nos padrões. Além disso, comparando esses dados com os da tabela IV é possível verificar que houve uma mobilidade social das dirigentes públicas em relação a seus pais.

Tabela VI - Escolaridade dos pais (%)

	FHC		Lula	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Fundamental incompleto	13,2 (5)	10,5 (4)	24,8 (32)	19,4 (25)
Fundamental completo	7,9 (3)	10,5 (4)	9,3 (12)	17,8 (23)
Até ensino médio	13,2 (5)	34,2 (13)	17,8 (23)	26,3 (34)
Superior incompleto	13,2 (5)	5,3 (2)	4,6 (6)	13,2 (17)
Superior completo	34,2 (13)	23,7 (9)	17 (22)	21,7 (28)
Especialização	7,9 (3)	7,9 (3)	6,2 (8)	4,6 (6)
Mestrado	5,3 (2)	2,6 (1)	3,1 (4)	2,3 (3)
Doutorado	2,6 (1)	2,6 (1)	3,1 (4)	10,7 (7)
Livre-docência			0,8 (1)	0,8 (1)
Pós-doutorado			0,8 (1)	
Carreira Militar			2,3 (3)	
Não respondeu	2,6 (1)	2,6 (1)	2,3 (3)	3,1 (4)

Em relação ao grau de associativismo das mulheres, os dados mostram que elas têm pouca participação nas diversas entidades existentes. A participação em movimentos sociais, mesmo sendo baixa, é o que apresenta maior nível de participação nos dois governos, 21,1% no governo FHC e 46,5% no governo Lula. Deve-se analisar outros dados sobre a trajetória política dessas mulheres para tentar entender o baixo nível de participação das mulheres nas entidades associativistas. Em uma pesquisa com parlamentares mulheres, Araújo (2010) afirma que a rota de acesso inicial das mulheres na política é pela via do parentesco, mais fortemente marcada pelo esposo, seguida do pai, ocuparam primeiramente cargos no legislativo ou no executivo. Essa questão que merece uma investigação mais detalhada também para as dirigentes públicas de modo a confirmar os dados anteriores de conquista das nomeações pelas capacidades individuais das mulheres.

Tabela VII – Associativismo (%)

	FHC		Lula	
	Sim	Não	Sim	não
Filiação sindical	13,2 (5)	81,6 (31)	41,8 (54)	55 (71)
Central sindical			13,9 (18)	79,8 (103)
Conselho Profissional	18,7 (7)	81,6 (31)	23,2 (10)	70,5 (91)
Conselho gestor	13,2 (5)	81,6 (31)	31 (40)	59,7 (77)
Experiência em Gestão local	15,8 (6)	78,9 9 (30)	28,7 (37)	65,1 (84)
Movimentos sociais	21,1 (8)	76,3 (29)	46,5 (60)	49,6 (64)
Entidade patronal	5,3 (2)	92,1 (35)	4,6 (6)	92,2 (119)
Conselho de empresa estatal	7,9 (3)	86,8 (33)		

Considerações Finais

Esse trabalho teve como objetivo analisar por meio da teoria da social-democracia e da teoria de gênero as mudanças ocorridas na sociedade brasileira no que diz respeito à participação das mulheres na política brasileira, mas, mais especificamente por meio do perfil das mulheres ocupantes de cargos de confiança no Poder Executivo.

Mesmo tendo por base estudos preliminares, foi possível perceber que as mulheres nomeadas para os cargos da alta burocracia têm idade entre 51 a 69 anos, portanto, não são desprovidas de experiências profissionais. No geral, possuem nível de escolarização melhor que os seus pais, significando que com o tempo houve uma melhora nos padrões de qualidade de vida e de acesso a bens materiais. Não se pode afirmar que esse fato seja determinante, mas um aspecto que pressupõe também essa alta escolarização é a concentração de mulheres nomeadas vindas da região Sudeste do país. Além disso, as mulheres que ocupam esses cargos são formadas em cursos considerados tradicionais e valorizados no sentido de status social, tais como Direito e Economia, conseguindo, nesse sentido, se posicionar em um ambiente, no caso político, que é essencialmente masculino possivelmente pelas suas qualidades técnicas e profissionais.

Ao pegar um recorte analítico, como foi feito nesse trabalho, os dados podem representar uma mudança no papel tradicional das mulheres. Existe um padrão alto de qualificação delas, e sua participação na política tem aumentado a cada governo.

Apesar de todos os avanços sobre a liberdade das mulheres na sociedade e no avanço de proteção social direcionada a elas, ainda ficam algumas questões a serem resolvidas como a ainda baixa valorização da mulher no mercado de trabalho em relação aos homens, refletindo na sua qualificação e conseqüentemente em seus salários. Muito também se discute sobre as violências sofridas pelas mulheres causadas pelos seus companheiros, e sobre o tráfico sexual de mulheres ainda muito presente em algumas regiões. A política de cotas para as mulheres ainda é uma proposta recorrentes nos vários projetos de reforma política encaminhados pelo Poder Legislativo.

Sendo assim, as questões abordadas nesse trabalho estão de longe esgotadas, tendo ainda muitas questões a serem respondidas. Muito ainda se pode questionar sobre o papel das mulheres na sociedade brasileira, mas essa foi uma pequena contribuição para o panorama do perfil das mulheres dirigentes públicas.

Bibliografia

ARAÚJO, Clara. “Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparativo entre Brasil e Argentina”. In *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18 (2):352, maio-agosto: 2010.

CHARTIER, Roger. “Diferenças entre os sexos e a dominação simbólica. Nota crítica”. In *Cadernos Pagu*. nº4, 1995, pp. 37-47.

D’ARAÚJO, Maria Celina. *A elite dirigente do governo Lula*. Rio de Janeiro, Editora FGV/CPDOC: 2009.

DE BONIS, Daniel; PACHECO, Regina Silvia. “Nem político nem burocrata: o debate sobre o dirigente público”. In LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia. *Burocracia e política no Brasil: desafios para p Estado democrático no século XXI*. Rio de Janeiro, Editora FGV: 2010.

FRAISER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista” In SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, Editora UNB: 2001.

IVERSEN, Torben. *Capitalism, democracy and welfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

OTNER, Sherry. “Está a mulher para o homem assim como a natureza está para a cultura?”. In ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Coords.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1979.

SCOTT, Johan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2), jul-dez, 1990, pp. 5-22.

_____. “O enigma da igualdade”. In *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13 (1): 216, janeiro-abril: 2005.

SENETT, Richard. *A carne e a pedra*. Rio de Janeiro, Record: 1997.

STOLKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?”. In *Estudos Afro-Asiáticos*, nº20, junho 1991, pp. 101-120.

KOFES, Suely. “Categoria analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações”. In *Cadernos Pagu*, nº1, IFCH/Unicamp, 1993, pp. 51-82.